 <https://doi.org/10.56238/aboreducadesenvomundiv1-009>

Maria Lúcia Pires Menezes

Doutora em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e Universitat de Barcelona
Instituição: Universidade Federal de Juiz de Fora

Dayana Francisco Leopoldo

Mestre em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Faculdade de Formação de Professores

Vitor de Castro Morais

Licenciatura e Bacharelado pela Universidade Federal de Juiz de Fora

RESUMO

O projeto ECOMUSEU da Comunidade Quilombola de São Pedro de Cima, foi pensado e organizado enquanto projeto de extensão universitária contando com professores e estudantes do curso de Geografia da Universidade Federal de Juiz de Fora. O ponto de partida deste projeto surge de um trabalho de campo realizado no ano de 2007 na disciplina de Geografia Agrária a partir de então constrói-se uma teia com a comunidade e a mesma passou a apresentar demandas que vão deram

origem a este projeto extensionista. A comunidade quilombola de São Pedro de Cima constitui uma realidade sociocultural geográfica extremamente rica, sendo essa realidade um dos motivos para a realização desse trabalho extensionista. O atual projeto tem como objetivo o enriquecimento de acervos materiais e imateriais para a composição do ECOMUSEU interagindo com outras comunidades. O projeto tem sua relevância por propiciar a inter-relação entre os diferentes atores da comunidade local e com as instituições presentes, em espacial a escola pública. Sendo assim este trabalho visa contribuir para discussões principalmente econômicas e socioculturais acerca dos processos agrários brasileiros que foram responsáveis pelo surgimento de territórios excluídos e que hoje interagem com o modelo agroexportador fomentado pela política brasileira.

Palavras-chave: Geografia Rural, Comunidade Quilombola, Territorialidade, Educação Ambiental, Educação Patrimonial.

1 INTRODUÇÃO

Durante processo histórico brasileiro, várias foram as lutas pela posse da terra e por melhorias das condições de trabalho. Por isso, foram surgindo vários movimentos de resistência que lutavam pela sua afirmação no espaço. Dentro desses movimentos podemos considerar os MOVIMENTOS quilombolas, que eram representados por escravos que fugiam das fazendas em busca de melhor qualidade de vida. Instalavam-se nas maiorias das vezes em locais de difícil acesso, para dificultar a caçada dos feitores a esses escravos que fugiam das fazendas.

A comunidade Quilombola de São Pedro de Cima ainda não tem um histórico definido de seu início, porém podemos afirmar que primeiramente foi ocupada por uma família de negros escravos que “subiram” para terras mais altas a fim de poder constituir um novo território. Este caracterizou-se por uma comunidade negra que era denominada pelos moradores locais de São Pedro dos Crioulos. Com suas tradições e costumes, e após um processo de migração e com a chegada de novos sujeitos esta comunidade passa por transformações com a inserção de novas culturas ao se constituir enquanto

um espaço de produção agrícola, incorporando outras tradições, ocorrendo assim uma miscigenação cultural.

A comunidade foi fundada no que hoje chama-se São Pedro de Baixo, mas devido à articulação e pressão de fazendeiros da época, os escravos se deslocaram para uma região mais distante, onde hoje é São Pedro de Cima. Nesse período ocorre o processo de territorialização da comunidade. A comunidade fora formada e comandada por um senhor negro por nome de Pedro Malaquias, que ocupou o lugar com sua família dando origem ao povoado.

Por relatos de moradores locais, a comunidade quando se inicia passou por inúmeras dificuldades, como difícil acesso aos locais e, principalmente, para praticar a agricultura, o que ocasionava outras situações críticas como a fome e a pobreza no geral.

A situação de isolamento e/ou refúgio, como todo quilombo, fez com que as famílias negras ficassem de fato isoladas, subsistindo até nos dias de hoje trabalhadores rurais que lidam com a terra como herança destes tempos e a única fonte de renda e sobrevivência. Esta situação contribuiu para o surgimento da coletividade, criando uma intensa vida comunitária com roças e criações coletivas atendendo toda a comunidade e a reprodução de uma vida social e cultural orientada pelos próprios moradores.

Com o passar do tempo essa tradição construída vem se alterando de acordo com o avanço do sistema econômico e da intensificação das relações com a cidade. Com a ampliação dos novos moradores que chegavam à localidade, principalmente na segunda metade do século XX, a comunidade veio se transformando de maneira intensa. O processo migratório se inicia e se torna o principal fator de transformação.

Nesse período outras famílias começam a adquirir terras em São Pedro de Cima. A aquisição de terras por novas famílias foi um fator intrigante em nosso trabalho na comunidade, a partir de relatos de moradores locais com variados depoimentos e justificativas. Como a comunidade era um espaço de ex-escravos fugidos, eles não detinham a posse legal da terra. Dentre as principais justificativas que foram dadas ao grupo através de entrevistas, está a figura de Pedro Malaquias, até então fundador da comunidade, que por sua vez inicia o processo de venda de terras. Porém outros entrevistados da própria comunidade disseram que a ocupação da comunidade por novas famílias se deu de forma violenta. É importante ressaltar que as novas famílias que adentram na comunidade são não-negros oriundos da região. O processo de ocupação da comunidade segundo moradores locais compõem um elenco de diversas histórias, que ao se tentar juntar todas, encaminha a compreensão das relações de organização espacial e estruturação do poder no local.

Com entrada de novos membros na comunidade a maneira de lidar com a terra foi sendo paulatinamente privatizadas. Porém esses novos agricultores que entraram na comunidade objetivavam

também o desejo de cultivar a terra para a sobrevivência. É a partir daí que as tradições e costumes passam a ser alterados. Antes as famílias eram predominantemente negras e os casamentos aconteciam muitas das vezes entre familiares. Com a entrada dos novos membros as famílias foram se miscigenando e mesclando crenças e costumes. O catolicismo está presente de maneira mais profunda e se tratando de cultura e crença, a introdução da religião evangélica posteriormente veio a contribuir para mais uma influência no quadro sociocultural da população.

A partir dos anos 80, os programas de incentivo à produção de café tornaram a comunidade mais complexa na sua organização social e econômica. É nesse momento que a transformação do território acontece com maior intensidade, pois com o cultivo do café foi se aos poucos ampliando a rede de relações dos produtores e trabalhadores, assim como o plantio e a comercialização do café trouxe também a possibilidade de relações mais intensa com os municípios vizinhos.

A partir de então, todas as pessoas da comunidade plantam o café, sendo o carro chefe da economia local e das famílias. Com o passar dos anos a paisagem é cada vez mais tomada pelas plantações do café, sendo lavouras criadas majoritariamente por membros da família, sendo reforçada a ideia de agricultura familiar.

O ambiente rural brasileiro hoje vive dilemas e impasses que passam por questões do passado, que geraram consequências na atualidade e que dizem respeito a todos os brasileiros. Estas questões estão atravessadas por diferentes projetos para o campo, divergentes visões sobre desenvolvimento rurais e por territorialidades que atribuem sentidos diversos, e mesmo confrontantes, aos territórios rurais.

Localizada na região da Zona da Mata Mineira (sudeste do Estado, fazendo divisa com os estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo), microrregião de Muriaé, entre as Serras do Caparaó e do Brigadeiro e tendo como vias principais de acesso a BR-116 e a MG-265, está o município de Divino, limítrofe (entre outros) aos municípios de São João do Manhuaçu, Orizânia, Espera Feliz, Caparaó e Carangola, onde localiza-se a comunidade caracterizada como zona rural do município.

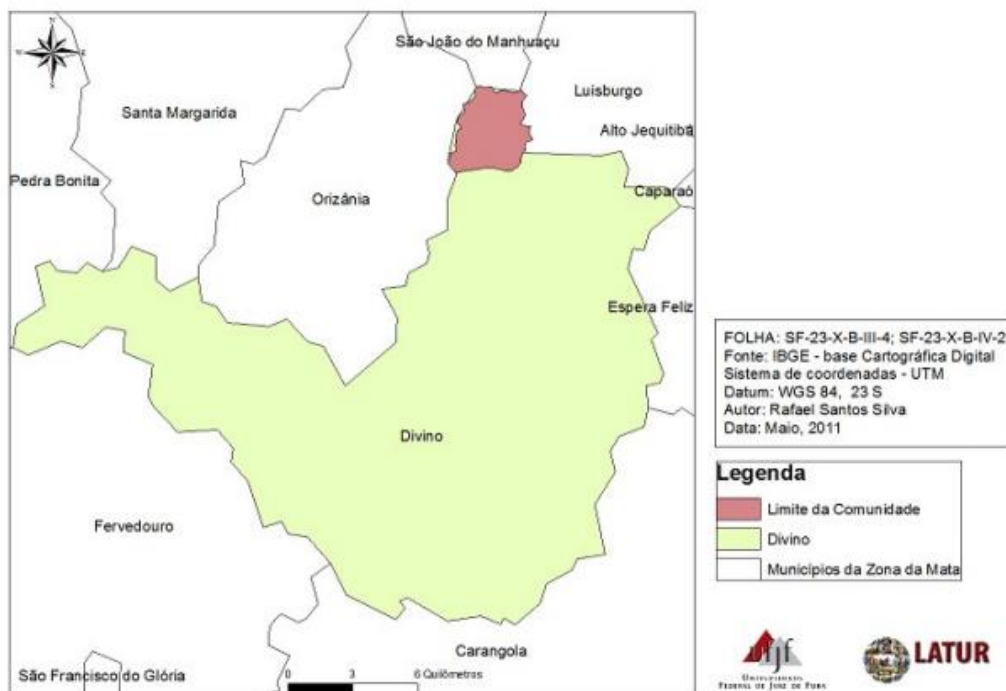


Segundo DANTAS (2011), São Pedro de Cima tem hoje aproximadamente 130 famílias e 500 habitantes que segundo MENEZES (2008) se espriam nas encostas do alto e médio vale do rio São Pedro sobre altitudes que oscilam entre 900 e 1200 metros.

Ainda segundo MENEZES (2008):

“Em São Pedro de Cima subsiste uma geração de trabalhadores rurais dos tempos em que a acessibilidade à região era precária, o que determinou certo isolamento das famílias negras que aí viviam. Esta situação, por sua vez, criou uma intensa vida comunitária que, embora semi-isolada foi capaz de se manter, graças ao trabalho conjunto e a reprodução de uma vida social e cultural orientada pelos próprios moradores. Identifica-se até os dias atuais forte influência de ritos de catolicismo popular mesclado a práticas de curas e benzeção de origens afro-brasileiras e indígenas, sendo até hoje preservados algumas festas e comemorações que marcam o calendário religioso católico” (Menezes, 2008)

Localização da Comunidade no município de Divino, MG



A chegada à comunidade se dá principalmente por dois acessos, que podem ser considerados principais: pelo município de Divino, com uma distância de aproximadamente 20 km e pela BR 116, na altura de Orizânia que dista aproximadamente 7 km de São Pedro de Cima.

A comunidade também tem relação com municípios próximos como Luisburgo, São João do Manhuaçu, Orizânia, Carangola e até mesmo Muriaé. Porém, a sede do município de Divino se configura como o principal centro de serviços dos moradores da comunidade.

São Pedro de Cima tem como atividade econômica principal a agricultura familiar e é a principal fonte de renda da comunidade com cada família organizando sua produção, mas também

existindo a plantação em consórcio. As plantações comuns são de café, milho, cana e feijão, tendo também as hortas nos quintais de cada casa. O café além do consumo é produzido para a venda, sendo ele o carro chefe da agricultura na comunidade.

Não podemos deixar de falar da entrada de um mineroduto privado, que corta a comunidade. Esse projeto impactou fortemente a comunidade, uma vez que desapropriou várias famílias e ainda acabou com as áreas de várzea destinadas a plantação de arroz.

No entanto o que faz a comunidade ser objeto de estudo é o reconhecimento pela fundação Palmares como um remanescente quilombola no dia 28 de julho de 2006, data de publicação no diário oficial da União.

Segundo CARNEIRO 2008:

“A movimentação que ocorreu ao redor desse processo de reconhecimento de territorialidade traz conflitos e questionamentos sobre a composição social existente, devido à presença de diversos outros sujeitos nessa comunidade atraídos pelo plantio do café em terras novas a partir dos anos de 1970, com suas respectivas técnicas e culturas, dentre as quais os novos contextos religiosos que expurgam as práticas de cura e magia da comunidade negra originária. Hoje, essa comunidade requilomba-se, almejando a titulação de suas terras, reivindicando, inclusive, o retorno do nome “São Pedro dos Crioulos” para a comunidade” (Carneiro, 2008)

O projeto de extensão Ecomuseu da Comunidade Quilombola São Pedro de Cima surgiu da oportunidade no ano de 2007, quando foi realizado um trabalho de campo da disciplina de Geografia Agrária no curso de Geografia da Universidade Federal de Juiz de Fora. Essa visita foi o primeiro contato com a comunidade onde foi feita a aplicação de questionários a fim de se fazer um estudo qualitativo e quantitativo da comunidade em questão. Esse trabalho serviu de base para um segundo trabalho de campo da disciplina, desta vez em outra turma, onde surgiram novas questões a serem abordadas.

Sendo assim, o presente projeto surge a partir da constatação da existência de problemas e/ou necessidades da comunidade, por parte dos alunos e professores, juntamente com demandas identificadas e apresentadas por alguns membros da própria comunidade.

Trabalhar na comunidade de São Pedro de Cima tem um significado especial para o grupo, pois, é uma oportunidade de se fazer um intercâmbio dos saberes e conhecimentos para o andamento do projeto.

Vale aqui ressaltar que o projeto vem para sua terceira aprovação. A primeira dela foi no edital do ano de 2008, com a aprovação do projeto junto ao Ministério da Cultura para ser realizado no decorrer do ano de 2009. A segunda aprovação foi no edital 2010, que teve aprovação junto ao Ministério da Educação com atividades para serem realizadas no presente ano de 2011. A terceira vez que o projeto foi contemplado foi no edital 2011 do Ministério da Educação, para serem realizadas atividades durante o ano de 2012.

O projeto em um primeiro momento teve como objetivo coletar informações sócio geográficas e buscou consolidar parcerias na comunidade para ajudar nas atividades de pesquisa. Assim feito, conseguiu consolidar-se e atraiu diversos membros da comunidade como importantes e estratégicos colaboradores no desenvolvimento do projeto da comunidade.

O projeto também tem como objetivo sensibilizar a comunidade para a questão do patrimônio ambiental e cultural. Esse esforço é necessário para que os moradores se enxerguem enquanto produtores de espaço, além disso, pretende-se recuperar uma identidade posta de lado com a entrada do modo de vida urbano na comunidade.

Para tanto está sendo usada a ferramenta do geoprocessamento com o objetivo de mapear e cartografar a região e toda a comunidade. Tal procedimento visa à compreensão da identidade e da geografia local a partir das formas de representação do espaço. Este trabalho também está sendo realizado na medida do possível em paralelo ao diagnóstico ambiental. Com certeza essa etapa é a mais trabalhosa do projeto, pois simultaneamente precisa organizar a base de dados ambientais e culturais.

Como produtos finais da pesquisa, a partir dos dados obtidos, está sendo feito continuamente a consolidação e o resgate dos saberes comunitários, concretizados em propostas de realização anual da agenda cultural, da instalação de um ECOMUSEU, da confecção de um Atlas geográfico-cultural da comunidade, da cartilha e do fortalecimento da associação de moradores, como também do movimento negro Avura. Pretende-se a instalação de um fórum permanente de discussões dos principais problemas relativos à comunidade e ao seu meio ambiente.

2 OBJETIVOS

O projeto ECOMUSEU da Comunidade Quilombola de São Pedro de Cima, por ainda estar em execução tem como principal objetivo construir com a comunidade um programa de educação ambiental para consolidar práticas de manejo dentro do sistema da agroecologia e das características do campesinato local; Construir práticas de diálogo e ação para construção e consolidação da identidade comunitária, através do inventário do patrimônio local, tangível e intangível e da divulgação e apreensão da educação patrimonial; Criação de um ECOMUSEU e confecção do Atlas Geográfica Cultural e da Cartilha, com a proposta de registrar, representar, estimular e promover o desenvolvimento cultural da região.

Isso teria como objetivo:

- Diagnosticar e mapear os problemas ambientais vividos pela comunidade, a partir dos saberes coletivos consolidados e da contrapartida de identificação dos efeitos desconhecidos provocados pela ação de novas tecnologias e da variedade dos impactos no espaço de vida da coletividade.

- Fomentar a troca de conhecimentos entre a Universidade e a Comunidade de São Pedro de Cima, através da construção coletiva de um projeto político pedagógico.
- Divulgar e esclarecer sobre temas relativos a situações e fenômenos presentes na vida cotidiana como: impactos ambientais, prática de agroecologia, relações bancárias e financeiras, custo de produção, direitos e deveres do cidadão, etc.
- Proposição compartilhada de ações de educação ambiental e educação patrimonial.
- Promover a sensibilização para a preservação ambiental, fazendo a relação com a realidade local, por constituir-se grande parte do território em APA (Área de Preservação Ambiental) e considerando, sobretudo a terra / solo como a principal fonte de renda da população.
- Georreferenciar e produzir uma cartografia temática local como banco de dados e conhecimento da realidade geográfica do espaço vivido.
- Estudar e propor soluções para os problemas identificados, considerando-se o contexto local.
- Despertar a consciência para a própria representatividade, para que a comunidade desenvolva sua própria autonomia social, política e se possível, econômica.
- Consolidar ação de preservação e resgate do patrimônio territorial e cultural da região de São Pedro de Cima e da comunidade quilombola.

3 METODOLOGIA

A principal aplicação da metodologia deste projeto é feita em campo aplicando os princípios da extensão universitária. É o primeiro passo para avaliar, analisar e tabular dados das demandas apresentadas pela comunidade de São Pedro de Cima. A metodologia deste projeto pode ser dividida em duas etapas e vários momentos que estão divididos no trabalho de parte da concentração de atividades que são realizadas no Laboratório de Territorialidades Urbanas (LATUR-UFJF), sempre de acordo com a demanda da comunidade e produtos oriundos do universo presente na própria comunidade. Como produtos da pesquisa foram elaborados uma primeira edição de cartilha e de um Atlas geográfico cultural sobre o São Pedro de Cima.

Durante a primeira etapa, são realizadas atividades fundamentais para a representação do espaço geográfico local, como: o georreferenciamento do território da comunidade e o levantamento de dados socioeconômicos. *Pari passu* foram realizados grupos de leitura na tentativa de arcabouço teórico, conjuntamente com reuniões semanais do grupo extensionista para a construção sucessiva de planos de atividades das ações que serão realizadas em campo. Dentre as várias atividades que já foram realizadas e continuam a ser realizadas com diferentes demandas, podemos citar:

- Reunião com representantes da comunidade, membros da escola (Secretária de Educação, direção da escola, professores e alunos, Movimento Negro AVURA e a Prefeitura de Divino);

- Aplicação de questionários socioeconômicos;
- Durante todas as idas a campo são realizados parte de georreferenciamentos: eucalipto, café (plantações em geral), além do mineroduto, recursos hídricos etc.;
- Diálogo e detecção das mais variadas demandas que surgem na comunidade no decorrer do tempo;
- Documentação audiovisual;
- Registros fotográficos;

Este projeto já está na sua terceira aprovação junto aos órgãos de fomento assim novas atividades e mais demandas surgem da comunidade apresentamos a seguir novas atividades que serão estabelecidas dentro de um plano de atividades conjuntamente entre grupo de pesquisa e a comunidade:

- Confecção do segundo volume da cartilha que irá abordar um temário retirado em conjunto com o grupo de pesquisa e a escola (alunos) que irá auxiliar para a confecção do mesmo.
- Confecção do segundo volume do Atlas geográfico cultural.
- Mapeamento da área da comunidade que é utilizada para o plantio de café, entre outras atividades agrícolas.

- Apresentação da árvore genealógica da comunidade. O objetivo dos produtos cartilha e Atlas são voltados para a comunidade, onde seu uso será feito após oficinas de capacitação para professores da comunidade. Assim estes produtos poderão ser utilizados em sala de aula da escola da própria comunidade, apresentado a comunidade para a comunidade e podendo ser trabalhada de forma interdisciplinar, uma vez que ambos tanto a cartilha quanto o Atlas irão abordar temas transversais.

Salientando a discussão sobre a importância dos bens materiais e imateriais da comunidade. Recorreremos também aos trabalhos sobre a comunidade que já foram concretizados pelos alunos da UFJF tentando fazer a sistematização dos mesmos. A estrutura das reuniões (atuação em campo) será definida a partir dos resultados das pesquisas na comunidade (Cf. Menezes, 2008). Seguir-se-á a proposta metodológica do IPHAN (<http://www.revista.iphan.gov.br/se.php?id=1&ds=17>) no trato da implementação e divulgação da educação patrimonial material e imaterial:

... patrimônio cultural a partir de suas formas de expressão; de seus modos de criar, fazer e viver; das criações científicas, artísticas e tecnológicas; das obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; e dos conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (Instituto de Patrimônio Artístico Nacional)

A proposta para uma educação patrimonial material ou imaterial segue os parâmetros de educação integrada à preservação do patrimônio cultural, ou seja, a relação da comunidade, educação e patrimônio cultural. Ou seja, a educação patrimonial tem como principal arcabouço tomar os objetos e expressões culturais que sustentam o patrimônio cultural como início da tecelagem de

reconhecimento da historicidade local (processo histórico), onde se deve questionar e explorar todos os seus aspectos: social, político e econômico, traduzindo conceitos e conhecimentos. Desta forma o trabalho é realizado com a Comunidade São Pedro de Cima traçando os seguintes pontos:

- Consolidar ação de preservação e resgate do patrimônio territorial e cultural da região de São Pedro de Cima e da comunidade quilombola.
- Divulgação e Consciência de Cidadania de seus Agentes Sociais – auxiliar na melhoria da percepção, compreensão e reivindicação de soluções pela comunidade em relação a seus próprios problemas.
- Despertar a consciência para a própria representatividade, para que a comunidade desenvolva sua própria autonomia social, política e se possível, econômica.
- Afirmar a importância de seus principais elementos de identidade como o Movimento Negro Avura e o Conselho de Moradores.

A proposta surge a partir da importância do patrimônio da comunidade, como um conjunto de elementos que representam uma historicidade, ou seja, uma herança cultural e que pode ser mais bem apreendida através do ensino da ciência geografia. Assim, é possível analisar a distribuição dos fenômenos físicos e sociais no espaço, sua interferência na construção de paisagens, pesquisando os elementos que marcam territórios e constroem um apego ao lugar de origem.

Esses pontos são divididos em 4 etapas:

Etapa 1: Observação: exercícios de percepção sensorial, por meio de perguntas, manipulação de objetos, medição, anotações, dedução, comparação, jogos de detetive, etc. Esta etapa objetiva identificar o objeto, sua função e significado, além do desenvolvimento da percepção visual e simbólica. Adequado ao trato com crianças e adolescentes.

Etapa 2: Elaboração de desenhos, descrição verbal ou escrita, gráficos, fotografias, maquetes, mapas e plantas baixas, modelagem, etc. Objetiva a fixação do conhecimento percebido da análise crítica, desenvolvimento da memória, pensamento lógico, intuitivo e operacional.

Etapa 3: Análise do contexto local, levantamento de hipóteses, discussão e questionamento, avaliação de pesquisas e outras fontes como bibliotecas, arquivos, cartórios, documentos familiares, jornais, revistas, entrevistas, etc. Objetiva o desenvolvimento de capacidades de análise e julgamento crítico para a interpretação das evidências e significados.

Etapa 4: Recriação, releitura, dramatização, interpretação em diferentes meios de expressão, como a pintura, escultura, drama, dança, música, poesia, texto, filme e vídeo, exposição em classe. Tal procedimento objetiva o envolvimento afetivo, desenvolvimento da capacidade de autoexpressão, apropriação, participação criativa e valorização do bem cultural. Registra-se que toda metodologia deverá ser antes discutida pelo grupo de pesquisa e apresentada a comunidade, para, então, se retirar

os procedimentos que consensualmente forem considerados exequíveis de obter maior quantidade de informação e valor pedagógico em sua aplicação.

4 VIVÊNCIAS E EXPERIÊNCIAS

Durante idas mensais a campo, além da realização de atividades, estas objetivam o estreitamento dos laços com a comunidade, quando o grupo é alojado na casa dos próprios moradores, moradores estes que demonstram uma grande capacidade de acolhimento e interesse em contribuir para a pesquisa.

Dentre essas vivências, registramos o modo de como as pessoas se alimentam. A alimentação está baseada em hábitos diferentes daqueles acostumados por nós que temos vivência baseada no cotidiano urbano. Na comunidade, o cardápio está intimamente relacionado com a questão econômica e de trabalho, isto é o ritmo de vida das pessoas da comunidade. Tanto no almoço como no jantar, nas duas principais refeições deles, a ingestão de carboidrato é intensa, para suportar a rotina pesada de trabalho e longo período sem comer.

Os relatos a seguir são oriundos da experiência de campo e da observação participante do grupo de pesquisa.

4.1 A “PANHA” DE CAFÉ

Destaca-se também a distinta construção de valores, especialmente com relação a tempo e espaço. Diferentemente do ambiente urbano, onde a relação espaço/tempo é invertida, onde as pessoas se organizam de forma tumultuada, na comunidade de São Pedro de Cima estão todos sempre trabalhando na lavoura desde muito cedo. Ao final da jornada acabam e retornam para suas casas fazendo os afazeres domésticos e se preparando para se deitar e cedo levantar quando outro dia começa. As crianças, por exemplo, demonstram uma relação ímpar com a natureza, sabem nomes de árvores, pássaros e demais animais da região e principalmente, à época em que a natureza oferece seus frutos, esta relação revela uma espécie de calendário natural.

Cabe destacar um momento importante vivido nas últimas idas a campo. As últimas idas foram realizadas no mês de julho e agosto uma época em que a comunidade se volta para a “panha” do café. E, um aspecto muito importante é a massiva participação das mulheres neste momento, onde, além de trabalharem em seus afazeres domésticos participam de forma igualitária na “panha” de café.



Panha do café - acervo ECOMUSEU

4.2 ESCOLA MUNICIPAL LIA MARTA



Escola na Comunidade São Pedro de Cima – acervo Ecomuseo

A Escola Municipal Lia Marta é um palco constante de nossas reuniões com a comunidade, na escola são exibidos frutos do projeto e um local neutro onde todas as crianças oriundas de famílias das mais variadas religiões.

A comunidade enfrenta alguns problemas. Cabe ressaltar que em dias de chuva as aulas são suspensas em função das más condições da estrada, pois a chegada de alunos e professores de cidades vizinhas como, por exemplo, da própria cidade de Divino, fica comprometida, pois a estrada que liga Divino a São Pedro de Cima não é asfaltada. A escola tem uma carência de cursos de aperfeiçoamento para os próprios alunos como é o caso da informática. No entanto, houve alguns avanços como o

projeto de aulas de capoeira que à priori são voltadas para os alunos da escola, mas, já está em cogitação a extensão do acesso para que as aulas sejam frequentadas por toda a comunidade.

4.3 MOVIMENTO NEGRO

O Movimento Negro Avura, surge a partir da demanda de professores e alunos, a fim de descobrir ou tentar desvendar suas origens. O movimento resiste na medida do possível, a empresa Samarco doa ao Avura instrumentos musicais e já estão planejadas oficinas com professores e alunos. O movimento atua na escola e, também tem ampla participação na disciplina de História da África que é uma das propostas contidas da Lei federal 10.639/2003.



Placa de identificação da comunidade – acervo Ecomuseu

A lei 10.639/2003 é uma conquista do movimento negro nacional, a fim de inserir no currículo escolar.

Hoje, temos um marco que nos permite trazer essas discussões para o ensino da Geografia, que é a Lei 10.639. Essa lei é tratada na Parte 1, “A lei 10.639 e o ensino de Geografia”. Ela coloca na ordem do dia – de diferentes maneiras – que o mundo da educação tem que refletir sobre essas questões, tem que refletir sobre a forma como as relações raciais são tratadas dentro de conteúdos programáticos e também de práticas pedagógicas. Ela nos provoca, portanto, a inserir novos conteúdos, mas, sobretudo, a rever conteúdos e práticas pedagógicas. (SANTOS, Renato Emerson dos, 2007, pág.15).

Atualmente, o Avura organiza e participa das principais festividades dentro da comunidade como também é um importante parceiro no desenvolvimento desta pesquisa.

5 RESULTADOS PRELIMINARES

O presente projeto de extensão intitulado Ecomuseu da Comunidade Quilombola São Pedro de Cima como dito anteriormente, surge a partir de visitas de campo na comunidade de algumas turmas do curso e Geografia da UFJF. O primeiro projeto aprovado foi no ano de 2009, sendo contemplado pelo Ministério da Cultura. Desde 2009 então vem sendo feito oficialmente atividades na comunidade a fim de cumprir o cronograma proposto no edital.

Como produtos principais de toda a pesquisa, foram e estão sendo desenvolvidos materiais que vão compor o acervo material do ecomuseu. Vale aqui ressaltar que todos os editais preveem material de consumo e permanente para compor o Ecomuseu. Sendo assim já foram adquiridos, computador, data show, mesas, cadeiras, estantes, armários e alguns materiais de consumo que vão servir de apoio ao funcionamento do Ecomuseu.

Porem o projeto passa por um desafio que se colocou desde o princípio do trabalho. Como nenhum edital garante a compra de material para construção civil, ainda não conseguimos a instalação definitiva do espaço físico do Ecomuseu.

Diversos contatos já foram feitos para que esse problema fosse solucionado, como por exemplo, conversas com a diretora da escola da comunidade e com o próprio conselho de moradores existente. Nenhuma solução foi dada para esse problema. Nesse momento estamos em conversa coma a prefeitura de Divino para tentar viabilizar a construção do Ecomuseu na comunidade.

Como parte de todo processo vamos descrever a seguir o que já foi feito o que está em andamento e projetos futuros.

O Ecomuseu tem a proposta de ser um espaço de guardar memórias da comunidade. Porém não se baseia exclusivamente em memórias do passado, mais na produção de materiais que possam garantir para os moradores se enxergarem no tempo e no espaço.

Como resultado, destes dois anos de projeto pode apresentar como fruto o primeiro volume da cartilha intitulada “São Pedro de Cima: Nosso Lugar” que foi uma forma encontrada de apresentar São Pedro de Cima para os próprios moradores que abordou temas como "o meu lugar e a minha comunidade". Essa primeira cartilha produzida tem o objetivo de fazer com que os moradores tenham um sentimento de pertencimento com o lugar. Através das histórias contadas e dos temas abordados na cartilha cumpre-se o objetivo de despertar neles a importância da comunidade para as gerações passadas, as gerações presentes e as futuras gerações. Que mesmo com a entrada do modelo urbano e vida, eles consigam conviver com os costumes trazidos pelas gerações passadas.

Já o primeiro volume do Atlas Geográfico Cultural, também é um resultado destes dois anos de trabalho. Este volume apresenta temas como: "escala geográfica, uso e ocupação do solo, recursos hídricos, relevo, representação espacial e discussão sobre a questão do reconhecimento quilombola".

A produção desse Atlas tem como objetivo, fazer com que o cotidiano da comunidade seja representado através de imagens, como mapas e fotos sendo uma forma de se materializarem no espaço.

Em paralelo ao trabalho de campo e a produção do Atlas e da cartilha, foram feitas também filmagens de alguns moradores da comunidade dando depoimentos sobre a história da comunidade comparando com os dias de hoje. Essas filmagens vão ser editadas e vão compor o acervo do Ecomuseu.

Também em parceria com uma turma de Geografia Agrária do curso de Geografia da UFJF e de um outro projeto de mapeamento de comunidades quilombolas de Minas Gerais coordenado pelo professor Leonardo de Oliveira Carneiro, no ano de 2010, foi produzido um questionário para ser aplicado na comunidade. Esse questionário produziu informações como a faixa etária das pessoas da comunidade, renda, escolaridade, sexo, tipos de plantações. Todos esses dados estão sendo contabilizados e irão compor o acervo do Ecomuseu. Esses questionários serviram para traçar um primeiro panorama socioeconômico da comunidade.

Hoje se encontra em andamento os volumes II da cartilha e do Atlas e que serão apresentados à comunidade ainda neste ano. A apresentação será feita para toda a comunidade, membros da escola e possíveis órgãos públicos que estejam interessados em auxiliar no desenvolvimento do projeto.

A cartilha volume II tem como temas “juventude, gênero e movimento negro”. O temário da cartilha está sendo construído em conjunto com adolescentes e crianças da comunidade. Tem como objetivo tratar a conflitualidade existente entre as gerações passadas e atuais, analisar o papel da mulher na comunidade e discutir a participação e a importância do movimento negro na comunidade.

O segundo volume do Atlas tem como seguintes temas “artesanato, árvore genealógica de famílias da comunidade, artesanatos produzidos e registro dos moradores mais antigos”.

Todo esse material produzido na cartilha e no Atlas também tem como objetivo servir de material pedagógico a ser utilizado na escola. Para isso estamos montando propostas de oficinas para os professores utilizarem esses materiais produzidos em sala de aula.

Está em andamento também o mapeamento de todas as plantações da comunidade. Já foram mapeadas parte das plantações de eucalipto existente, mostrando um determinado avanço dessa monocultura na comunidade. Posterior a isso serão mapeadas as plantações de café. Isto servirá de base para uma análise comparativa com a área plantada de eucalipto.

Todas as estradas que ligam a comunidade e as existentes dentro dela também vão ser mapeadas, assim como o caminho percorrido pelo mineroduto que passa dentro da comunidade. Também pretendemos mapear os principais corpos hídricos existentes na comunidade, a fim de analisar posteriormente o seu uso e as condições geoambientais dos mesmos.

Para o próximo ano ainda que com suas atividades já iniciadas em 2011 é previsto a elaboração do Atlas Geográfico volume III e da cartilha volume III, além do desafio de alocação dos materiais produzidos para/e com a comunidade no futuro espaço do Ecomuseu.

O projeto Ecomuseu da Comunidade Quilombola de São Pedro de Cima também tem como parceria o projeto intitulado “Da diversidade cultural à diversidade produtiva: a construção de saberes necessários para a transição agroecológica em São Pedro de Cima”, que atua também na comunidade.

A importância de participar desse projeto, além claro de aperfeiçoar formação profissional dos envolvidos, é o fato de ser um projeto de extensão. Isto empodera a práxis acadêmica e estabelece um espaço dialógico no esforço de construção de um novo momento na territorialidade da comunidade. Pretende-se trabalhar com os objetivos de consolidação do exercício cidadão, na ampliação das condições de trabalho, na valorização do ambiente cultural e nas práticas agroecológicas, enquanto relação da comunidade com a natureza. Por isto a Extensão preserva o caráter de interação, o que produz uma responsabilidade ainda maior para o grupo universitário, pois lidamos diretamente com a realidade da população.

Temos o objetivo de mostrar para a comunidade a importância da cultura quilombola, do ambiente rural, mostrar maneiras alternativas de agricultura, mostrar a importância do ambiente em que vivem. Isso dá as pessoas mais elementos para pensar na vida do/no campo e da/na cidade. Vale ressaltar que a troca de saberes entre o grupo e as pessoas que moram na comunidade é extremamente importante para o andamento do projeto. Uma vez que interferimos na realidade local, temos que saber e respeitar o conhecimento e o desejo dos moradores da comunidade.

Tudo isso é uma maneira de mostrar alternativas frente à lógica comercial e de negócios vigente para o campo. O que faz do projeto um trabalho ainda mais desafiador.

Portanto as perspectivas para o andamento do projeto são concretamente: o desenvolvimento de ações já iniciadas e o aprofundamento e ampliação do acervo de bens materiais e imateriais do ECOMUSEU. Esse ano já estamos em atividade, indo a campo sistematicamente, mantendo contato com as pessoas e coletando material para a confecção da cartilha e atlas volume II. Também vamos fazer mais um mapeamento da comunidade para reforçar o acervo, assim como estabelecer contatos e parcerias para garantir a construção do prédio do Ecomuseu.

Como é um projeto de extensão, a continuidade é um fator fundamental. Para isso já contamos com a aprovação de um novo projeto para ano que vem a fim de dar continuidade a tudo que construímos e que ainda vamos construir.

É um desafio a ser superado a cada dia.

REFERÊNCIAS

Abreu, regina; chagas, mário. Memória e patrimônio – ensaios contemporâneos. Rio de janeiro: unio: faperj: dp&a editora, 2003.

Bacelar, jéferson & caroso, carlos. (orgs). Brasil: um país de negros? Rio de janeiro: pallas ; salvador , ba: ceao, 1999. Brasil. Ministério da cultura.

Revista eletrônica do instituto do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: <http://www.revista.iphan.gov.br/in.Php>.

Carvalho, i. C.m. "qual educação ambiental?", agroecologia e desenvolvimento rural sustentável, porto alegre, n. 2, v. 2, abr./jun. 2001, p. 43-51 carneiro, l.o., requilombarse. São pedro dos crioulos: magia e religião em são pedro de cima. Xv eng. São paulo, 2008.

Carvalho, wilson sérgio de. Educação ambiental e desenvolvimento comunitário, rio de janeiro, rj: wak editora, 2002.

Castro, moacir silva de. A questão étnico-racial e o ensino de geografia: o caso do sudão do sul. Disponível em: <https://latinamericanpublicacoes.com.br/ojs/index.php/jdev/article/view/256/251> . Acesso em : 08 de novembro de 2021

Dantas, t.s. desafios da agricultura familiar camponesa e estratégias de resistência territorial na comunidade quilombola em são pedro de cima. Monografia apresentada ao curso de geografia da universidade federal de juiz de fora, 2011.

Freire, paulo. Extensão ou comunicação? 10. Ed. Rio de janeiro: paz e terra, 1988. _____ . Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 33. Ed. São paulo: paz e terra, 2006. 148 p.

Horta, maria de lourdes p.; grunberg, evelina; monteiro, adriane queiroz. Guia básico de educação patrimonial. Brasília: iphan, museu imperial, 1999

.
Incrá. Disponível em : <http://www.incrá.gov.br>. Acesso em 04 de junho de 2009. Leopoldo, d.f. morais, v.c. território e territorialidade: estudo de caso na comunidade quilombola de são pedro de cima. Iv simpósio internacional de geografia agrária/ v simpósio nacional de geografia agrária. Niterói, 2009. Menezes, m.l. comunidade quilombola de são pedro de cima: diagnósticos dos saberes necessários para uma educação ambiental e patrimonial. Projeto de extensão edital proext 2011.

Maranhao, r. A. Formação para gestão de organizações culturais e artísticas: uma pesquisa exploratória. Disponível em: <https://latinamericanpublicacoes.com.br/ojs/index.php/jdev/article/view/786/727>. Acesso em: 8 de novembro de 2021.

Martins, josé de souza – a sociabilidade do homem simples. São paulo: contexto, 2008.173 p. Palmares, fundação. Disponível em: . Acesso em 04 de junho de 2008. Pereira, mônica cox de britto. Agroecologia: unindo reforma agrária e conservação ambiental. Revista brasileira de agroecologia vol.2. Rio de janeiro: uff. 2007.

Ratts, alexsandro j. P. (re) conhecer quilombos no território brasileiro: estudos e mobilizações. In: fonseca, maria nazareth s. (org.) Brasil afro-brasileiro, belo horizonte, editora autêntica, 2000, pp. 307-326.

Santos, milton. Et al (orgs.). Território, globalização e fragmentação. São paulo: hucitec, 1996, pp. 169-181.

Santos, r. E. N. Dos. O ensino de geografia do brasil e as relações raciais: reflexões a partir da lei 10.639. In: renato emerson dos santos. (org.). Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: o negro na geografia do brasil. Belo horizonte: autêntica, 2007, v., p. 21-40.

Stédile, joão pedro. Questão agrária no brasil. 2.ed. São paulo: atual, 1997. 71p.